



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Há dias, desabou uma estrutura, com a dimensão de dois campos de basquetebol, do túnel subaquático que liga ao *Campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, causando danos em cinco viaturas. Asseverou o empreiteiro geral não ter este desabamento provocado qualquer vítima, pois, como havia poucos operários a trabalhar nas imediações, a evacuação foi feita tempestivamente. Só que essas declarações, logo após terem sido prestadas, foram de imediato desmentidas, graças à cobertura feita pelos *media*, com uma entrevista às vítimas, não sendo, portanto, como apregoa a empresa executora das obras. Além disso, não estava apenas um punhado de operários no local, mas sim mais de duas dezenas de operários. Quanto ao número de vítimas, este será sempre um enigma, porque é hábito na China tornar os assuntos mais relevantes em insignificantes e, os de somenos importância em algo inexistente.

Conforme as explicações prestadas pelo responsável da unidade executora das obras, provavelmente, o desabamento ocorreu devido às chuvas que caíram torrencialmente, meses seguidos, só que nos dias anteriores ao incidente não se registou qualquer forte precipitação em Macau. Será que há mesmo uma situação climatérica tão contrastante entre Macau e a Ilha da Montanha, apesar de serem separados apenas por um rio?

A questão crucial reside no facto de Macau, embora sendo o “pagador”, ter de julgar meramente, através do relatório a apresentar por aquela unidade executora, se o incidente se tratou de um erro humano, mas sem poder exercer qualquer supervisão sobre as obras.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

O mais preocupante é que o projecto de construção do túnel subaquático foi concedido directamente ao Grupo Nam Yue, sem a realização de qualquer concurso público, e, além disso, o orçamento foi também aumentado bruscamente de 6.500 milhões (campus 6.000 milhões; túnel 500 milhões) para 9.800 milhões (campus +30%, ou seja, 7.800 milhões; túnel +300%, ou seja, 2.000 milhões). Mais ainda, os projectos de concepção e construção, bem como a futura gestão da “nova via de acesso interterritorial entre Macau e Guangdong” foram também concedidos a esse grupo, sem concurso público nem verbas orçamentadas, sendo o Governo da RAEM apenas responsável pelo financiamento. Isto é mesmo ser generoso a expensas da população de Macau! Mas se esse túnel, que custa 2.000 milhões, nem à chuva conseguiu resistir, como é que não podemos deixar de ficar preocupados com a qualidade das obras?

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O desabamento no túnel subaquático do Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha foi chocante. A entidade responsável pela construção afirmou que não houve vítimas, mas a comunicação social confirmou que houve trabalhadores feridos nesse incidente, ou seja, a entidade andou a “esconder” propositadamente a verdade. Se bem que o Campus fique na Ilha da Montanha, a construção é financiada pelo Governo da RAEM, portanto, como é que o Governo da RAEM vai fiscalizar e assegurar a qualidade e a segurança das obras, bem como a utilização segura do futuro túnel?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Após a ocorrência do referido incidente, alguns jornalistas deslocaram-se ao local para se inteirarem da situação e viram que, no sítio onde se encontram estruturas e pilares das obras com uma área de cerca de dois campos de basquetebol, não havia armações, o que é inimaginável. Assim sendo, como é que construções sem armação podem não desabar? Macau está a pagar despesas avultadas decorrentes de reforços de orçamento, mas, em troca, recebe apenas obras mal executadas e de má qualidade que nem sequer têm armações. Será que o Governo se limita a pagar e pode desleixar todas as outras questões?

3. Face às obras públicas de Macau, o Governo, para além de concedê-las ao empreiteiro que vai efectuar o desenvolvimento, contrata ainda uma empresa de consultadoria para fiscalizar a adequabilidade da qualidade, do procedimento e do grau de desenvolvimento das obras, etc. É evidente que não se pode dizer que esta forma de efectuar fiscalização com apoio de terceiros seja a mais perfeita, no entanto, tem vindo a surtir os seus efeitos. No desenvolvimento do *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, o Governo contratou, tal como para as obras públicas, alguma empresa de consultadoria autónoma para efectuar trabalhos de fiscalização da qualidade e de procedimentos das respectivas obras? Vai ainda adoptar o modelo de fiscalização das obras públicas para as futuras obras de construção da nova via de acesso interterritorial entre Macau e Guangdong?

25 de Julho de 2012

O Deputado à Assembleia Legislativa, Au Kam San